

GT23: As migrações e a perspectiva antropológica em contextos de mobilidades e imobilidades

Maria Catarina Chitolina Zanin, Gláucia Assis

Este GT, ativo nas Reuniões da ABA desde 2006, tem buscado refletir sobre os diferentes contextos das mobilidades, tanto nas dimensões históricas como contemporâneas, nacionais e internacionais. Nas últimas décadas, observa-se a mudança dos fluxos de mobilidade, com novas categorias jurídicas (migrante, refugiado, visto humanitário, solicitante de refúgio, asilado, entre outros) e nativas sendo atividades nos processos de trânsitos das fronteiras internas e internacionais. Pensando nos Estados (Estado-nação), mas também nas transnacionalidades e nas diferentes escalas de análise, propomos um GT que reflita acerca das possibilidades de diálogo entre essas dinâmicas e as perspectivas teórico-metodológicas da Antropologia. Com a pandemia mundial de Covid 19, observaram-se mudanças nas mobilidade e também nas imobilidades nacionais e internacionais, com fronteiras sendo fechadas por questões de segurança sanitária, o que gerou, e tem gerado, novas formas e mecanismos de vivência dos projetos migratórios e de mobilidade, em diferentes escalas. A proposta deste GT é agregar trabalhos que tenham como perspectiva refletir e analisar processos e políticas migratórias, considerando que raça, gênero, classe, geração, etnia, religiosidade e outros marcadores influenciam as vivências cotidianas dos sujeitos em mobilidade, bem como as formas de acolhida e de interações interculturais.

Explicando deslocamentos, escolhendo o "mal menor": partilhas como modos de gestão de mobilidades, fronteiras e populações

Autoria: David Danziger Regenber

Historicamente, partilhas, como as da Índia (1947) e da Palestina (1947), são eventos de intensa violência coletiva, produzindo deslocamentos populacionais forçados e refugiados numa escala massiva a partir do estabelecimento de novas soberanias, novas fronteiras e novas relações de pertencimento nacional. Neste processo, propostas de partilhas pressupõem e engendram relações naturalizadas entre populações, atribuições de nacionalidade/religiosidade/etnicidade, territórios, fronteiras e Estados. Ou seja, articulam uma relação imediata, transparente e unívoca entre estes elementos numa tentativa de reorganizar o tecido político-social. Políticas de partilha implicam, então, movimentos migratórios que tensionam sua classificação entre transferência populacional e limpeza étnica, deslocamentos forçados e migrações legítimas. Assim, intensifica-se o sentido político da construção da distinção entre refugiados, migrantes e nacionais, ao mesmo tempo em que condições de possibilidade de permanecer ou de migrar são transformadas com base nestas distinções. Esta análise parte de uma etnografia ancorada na circulação de categorias da violência da partilha por múltiplos espaços, tempos e materialidades, focando mais especificamente na Partilha da Índia, na Partilha da Palestina e nas propostas de Partilha da Bósnia no começo dos anos 1990. Neste gesto, observo as relações fundamentais entre práticas de nomeação e formas de gestão internacional e imperial de territórios, populações e mobilidades, atentando em especial para as múltiplas capacidades de inscrição da violência através diferentes níveis, escalas e temporalidades, assim como para seus modos de oclusão, justificação e suas valências afetivas e morais. Gostaria, portanto, de contribuir com uma reflexão que coloque em jogo as relações entre modos de gestão de mobilidades e imobilidades populacionais e as tensões envolvidas em suas práticas de nomeação.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

